

Análise sobre o

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2023

Água e Saneamento Básico no OGE





REPÚBLICA DE ANGOLA
GOVERNO DA PROVÍNCIA DO BIÉ
GABINETE PROVINCIAL DE AMBIENTE, GESTÃO DE RESÍDUOS E SERVIÇOS COMUNITÁRIO
COMISSÃO PROVINCIAL SEM DEFECAÇÃO AO AR LIVRE (CPSDAL)

ALDEIA DE KANTINEIRO
É UMA ALDEIA SEM DEFECAÇÃO AO AR LIVRE



FINANCIADA POR
unicef

COLABORAÇÃO COM
GOVERNO DA
ANGOLA

IMPLEMENTADOR



MENSAGENS CHAVE



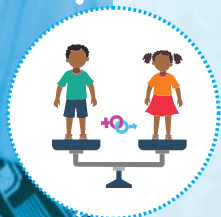
Nos **últimos 5 anos** o Governo orçamentou, em média, cerca de **1,3% do OGE no sector de Água, Saneamento e Higiene (ASH)**. Apesar deste desempenho, o sector carece de investimento adicional (com ênfase na necessidade de investir em OPEX e nos recursos humanos do sector), visto que **mais de 40% população do país não tem acesso a estes dois serviços fundamentais**.



O Governo angolano atribuiu, para **2023**, cerca de **393 mil milhões de kwanzas (2,0% do OGE)** aos sectores da água e do saneamento básico, sendo que **subsector da água beneficiou de 75% do montante total atribuído**, à semelhança dos anos anteriores, deixando um orçamento de saneamento reduzido para as necessidades e objectivos de Angola.



Entre 2019-2021 o Governo angolano gastou em média mais 31% do orçamento atribuído a esta despesa, o que indica uma maior necessidade da população, ao nível do abastecimento de água e melhoria do acesso aos demais serviços fundamentais.



Os programas de ASH em Angola tiveram um aumento significativo nos seus orçamentos na ordem de 365% em cinco anos, saindo de 81, 6 mil milhões de kwanzas em 2019 para 379, 3 mil milhões de kwanzas em 2023. Importa referir que **todos os programas do ASH** estão enquadrados no **G2**, por conterem algum componente para a **promoção da igualdade de género**.



Dados do **Banco Mundial** apontam que **52% das famílias angolanas utilizam os serviços de saneamento básico, e 57% tem acesso à água potável**. No entanto, as famílias que vivem em áreas urbanas têm mais probabilidades de ter acesso à água e ao saneamento básico do que as que vivem em zonas rurais periurbanas, pois, nas áreas urbanas, 65% das pessoas têm acesso ao saneamento básico e 72% das pessoas têm acesso à água potável, enquanto **nas zonas rurais apenas 24% e 28% das pessoas têm acesso ao saneamento básico e à água potável**, respectivamente.

RECOMENDAÇÕES

Reforçar o planeamento do sector ASH

- Desenvolver e aprovar um plano estratégico nacional para o sector *ASH*;
- Desenvolver e aprovar instrumentos financeiros orientados para o futuro;
- Assegurar o alinhamento e envolvimento dos *stakeholders*;
- Promover a sensibilização, o conhecimento, o debate e o trabalho em rede;

1

Melhorar a sustentabilidade do sector ASH

- Criar fontes de financiamento adicionais, incluindo o investimento do sector privado;
- Aumentar as normas de saneamento, cobertura, capacidade e orçamento;
- Melhorar a autonomia e responsabilidade das Empresas Públicas de Água e Saneamento;
- Investir em Recursos Humanos qualificados para sustentar investimentos feitos

2

Aumentar a eficácia da despesa pública de ASH

- Investir na modernização e na digitalização operacional;
- Melhorar a monitorização do desempenho e a orçamentação baseada em resultados;
- Continuar a melhorar a prestação de contas e o detalhe do orçamento nacional; e
- Continuar a aumentar progressiva e equitativamente a despesa com ASH com ênfase no saneamento

3

ESTRUTURA DO DOCUMENTO

1. ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO NO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO.....	6
1.1. Despesas do Sector da Água e Saneamento Básico.....	6
1.2. Benchmarking.....	9
1.3. Despesas do Sector da Água e Saneamento Básico (per capita por ano).....	9
1.4. Execução Orçamental.....	10
2. PROGRAMAS DE ÁGUA E SANEAMENTO.....	11
2.1. Programa de Melhoria do Saneamento Básico.....	12
2.2. Programa de Expansão do Abastecimento de Água nas Áreas Urbanas, Sedes de Município e Áreas Rurais.....	14
2.3. Desenvolvimento e Consolidação do Sector da Água.....	16
2.4. Alterações Climáticas.....	17
3. DESPESAS POR PROVÍNCIAS	18

ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO NO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

1.1 Despesas do Sector da Água e Saneamento Básico

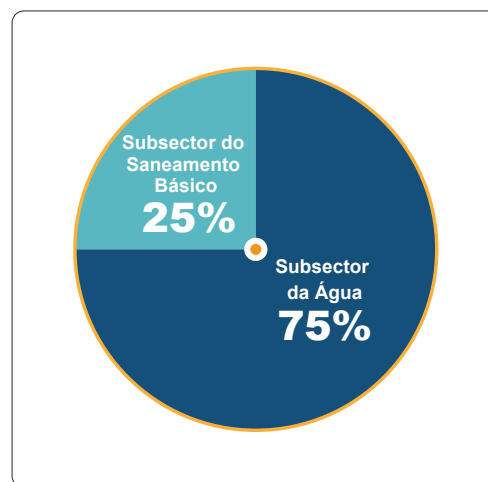
O acesso à água e ao saneamento básico constitui um factor determinante para a salvaguarda do bem-estar social e económico de qualquer sociedade. O consumo de água imprópria e o acesso limitado ao saneamento são responsáveis pela transmissão de inúmeras doenças que causam a morte de milhões de pessoas em todo o mundo.

Considerando sua elevada importância, a Organização das Nações Unidas definiu o **6º Objectivo de Desenvolvimento Sustentável**, que está relacionado ao acesso à água potável e ao saneamento básico. O mesmo visa garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento básico para toda a população mundial até o ano de 2030.

Para alcançá-los, o governo angolano atribuiu, para **2023**, cerca de **2,0% da despesa total orçamentada ao**

sector da água e do saneamento básico, correspondente ao montante de **393 mil milhões de kwanzas**, sendo que o **subsector da água** beneficiou de **75% (293 mil milhões de kwanzas)** deste valor e apenas **25% (99 mil milhões de kwanzas)** foi atribuído ao **subsector de saneamento**.

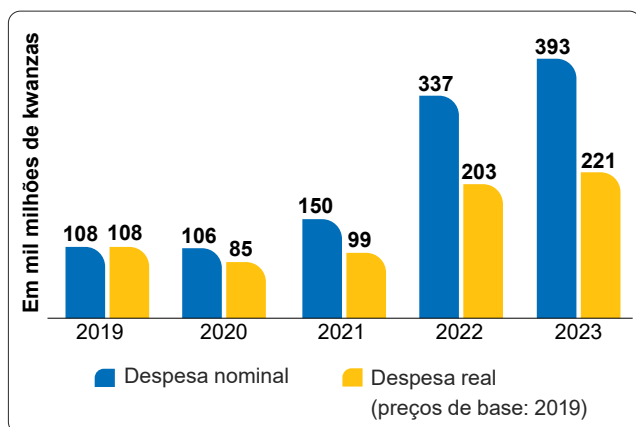
Gráfico 1 | Distribuição da despesa com água e saneamento básico em 2023



Fonte: Ministério das Finanças, OGE 2023

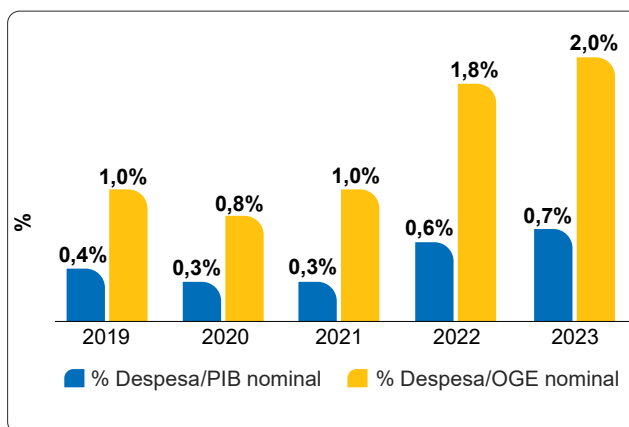
Nos últimos 5 anos, o governo orçamentou, em média, cerca de 1,3% do OGE para o sector da água e saneamento básico. Apesar desse desempenho, observa-se que o sector carece de investimento adicional, visto que mais de 40% da população do país não tem acesso a estes dois serviços fundamentais.

Gráfico 2 | Evolução das despesas do sector da água e saneamento básico no OGE



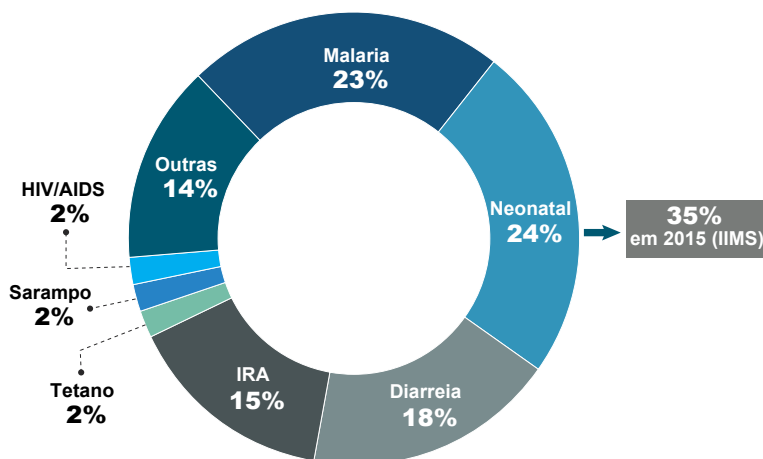
Fonte: Ministério das Finanças, OGE 2019-2023

Gráfico 3 | Evolução das despesas do sector da água e saneamento básico (% PIB e % OGE)



Fonte: Ministério das Finanças, OGE 2019-2023

Gráfico 4 | Principais Causas de Morte em Menores de 5 anos – Angola



Fonte: PNDS 2012

A resolução desse problema fundamental é de extrema importância devido aos seus efeitos na saúde pública, em particular na redução dos casos de malária, que é a principal causa de morte no país e afeta principalmente as crianças (causa de 23% das mortes de menores de 5 anos no país). Um estudo da Universidade de Carolina do Norte mostrou que o investimento em água e saneamento pode prevenir cerca de 11% das mortes infantis em todo o mundo. Essa é uma das razões pelas quais é fundamental investir mais neste sector, tendo em

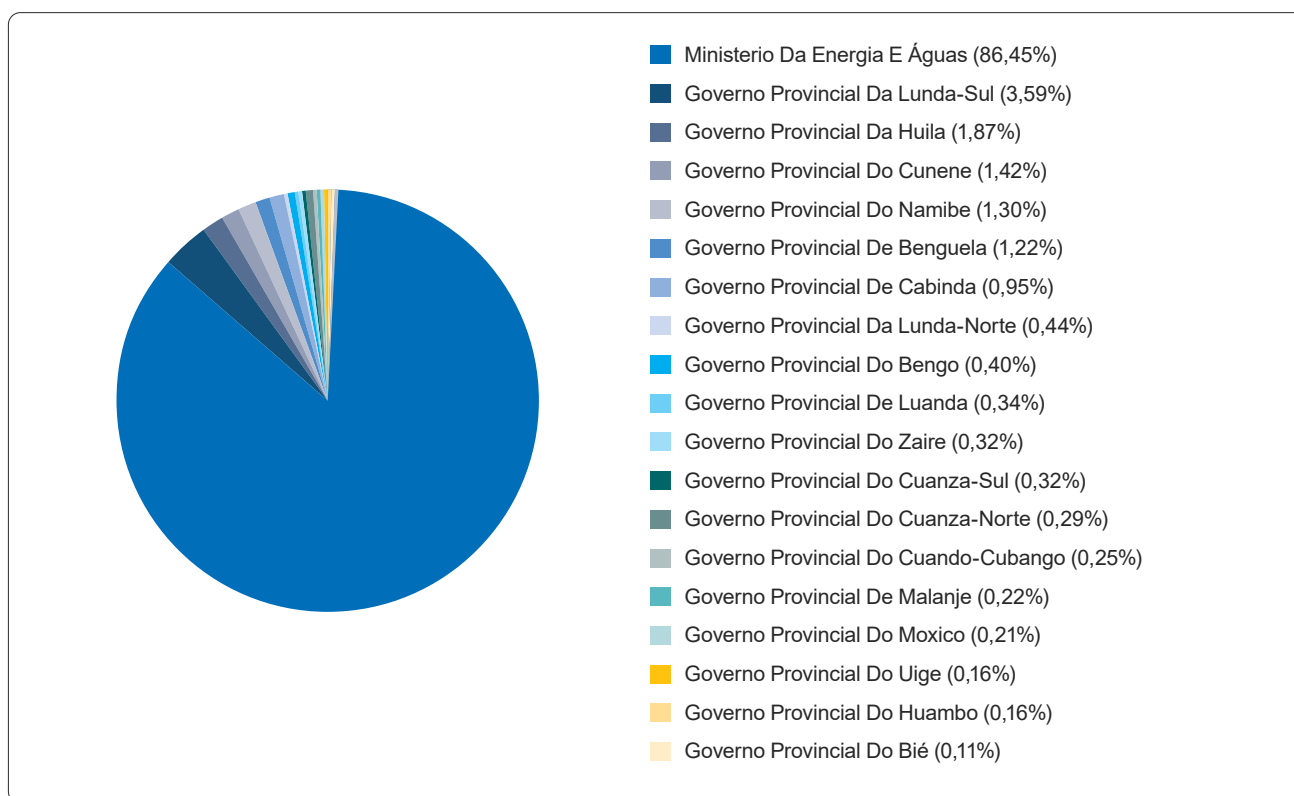
vista seus resultados benéficos para a saúde pública e bem-estar social e económico da população.

Relativamente à **distribuição** das **despesas** com **água**, observa-se que em 2023, **86%** das mesmas foram alocadas ao **Ministério da Energia e Águas**, sendo que o remanescente entre os Governos Provinciais, entre os quais destaca-se o **Governo da Lunda-Sul** com a maior dotação orçamental, que corresponde a cerca de **4%** da despesa total para esta função.



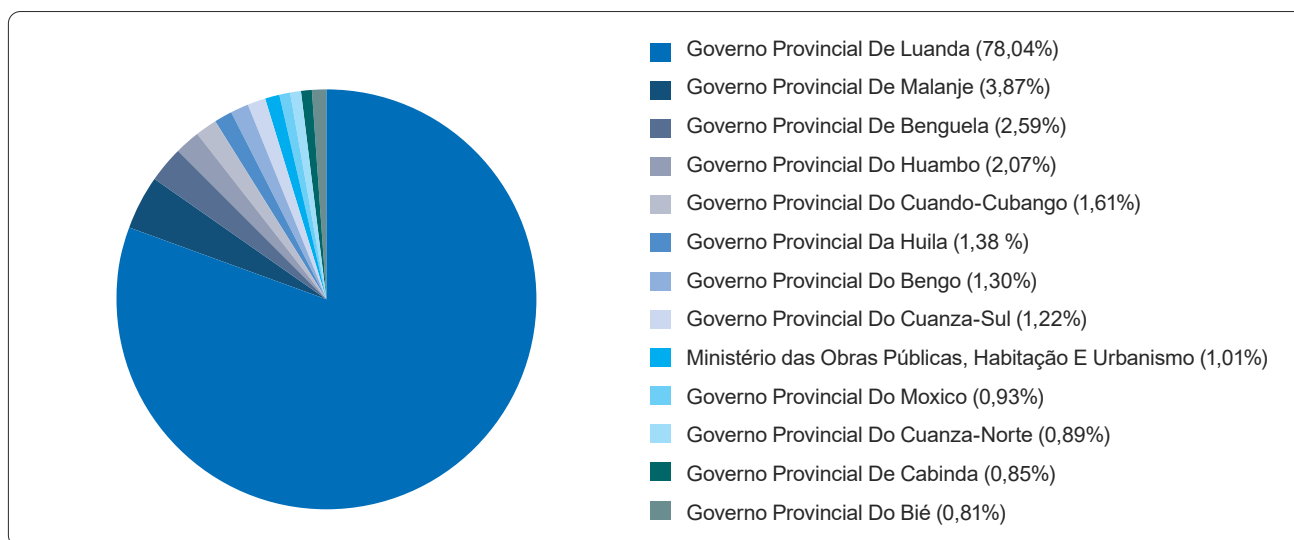
Nos últimos 5 anos, o governo orçamentou, em média, cerca de **1,3% do OGE** para o sector da água e saneamento básico.

Gráfico 5 | Distribuição das despesas com água por Órgão do Governo (2023)



Fonte: Ministério das Finanças, OGE por Órgão do Governo 2023

Gráfico 6 | Distribuição das despesas com saneamento básico por Órgão do Governo (2023)



Fonte: Ministério das Finanças, OGE por Órgão do Governo 2023

Ao nível das **despesas com saneamento básico**, em **2023** o **Governo Provincial de Luanda** beneficiou de cerca de **78%** da **despesa total** para esta função, revelando uma **forte disparidade da distribuição do orçamento em saneamento básico em relação às demais províncias**. Seguidamente encontram-se as províncias de Malange e Benguela, que beneficiaram, respectivamente, de 4% e 3% da despesa alocada a esta função.

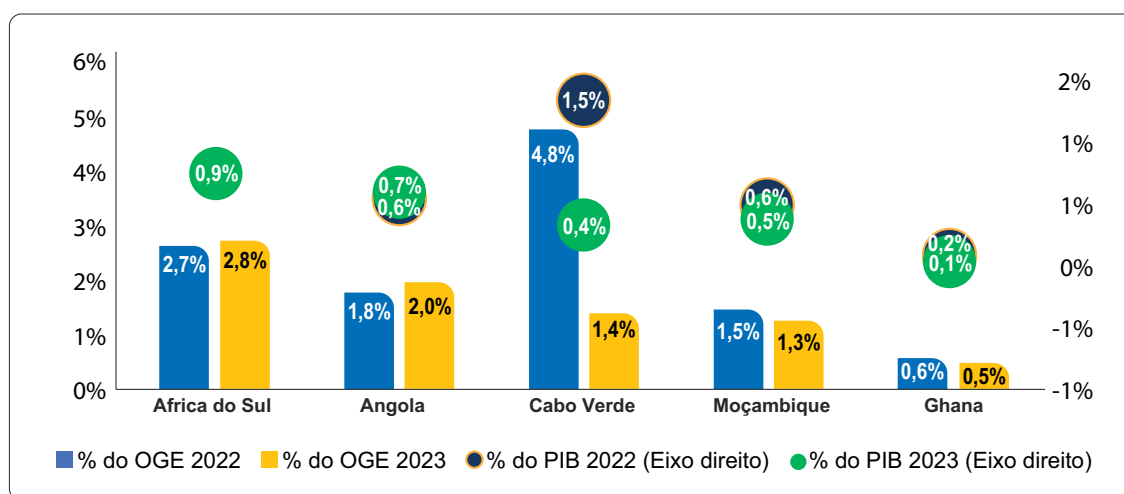
1.2 Benchmarking

Observando o gráfico 7, que apresenta a análise comparativa com alguns países a nível do continente, nota-se que Angola ocupa a 2ª posição em termos de orçamento destinado à melhoria do acesso à água e ao saneamento básico em 2023, considerando a importância relativa das despesas do sector em relação aos orçamentos nacionais. No entanto, apesar desse investimento

significativo, ainda existem desafios a serem superados para que haja uma melhoria real no acesso e na qualidade desses serviços essenciais para a população angolana.

Entre os países analisados, a África do Sul apresenta o melhor desempenho, alocando quase 3% do orçamento para manter o sector de ASH operacional e acessível a todos os seus cidadãos.

Gráfico 7 | Despesa com Água e saneamento em % OGE e em % do PIB – Países Selecionados



Fonte: Orçamentos anuais dos países em análise

Ao comparar as despesas com água e saneamento básico em relação ao PIB de cada país, verifica-se que, para todos os países analisados, essas despesas representam menos de 1% do PIB, embora Cabo Verde tenha superado essa marca em 2022. A África do Sul e Angola continuam a estar entre os países com maior investimento neste sector, refletindo um compromisso mais forte com a melhoria do acesso à água e saneamento básico, de acordo com as realidades de cada país.

1.3 Despesas do Sector da Água e Saneamento Básico (per capita por ano)

Em relação à 2022, a **despesa per capita do sector** em 2023 apresentou um crescimento de apenas 1 325 kwanzas, correspondente a um aumento de 13% para **11 519 kwanzas (~USD 23)**¹. É importante notar

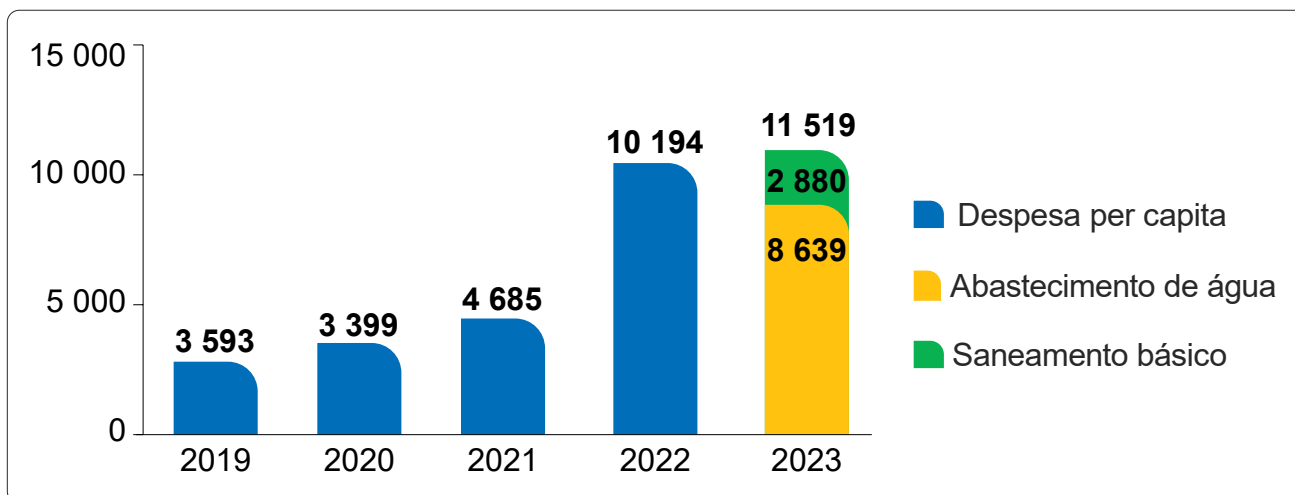
que **75% da despesa per capita** destinou-se ao investimento em **água (~9 mil kwanzas)**, enquanto **25%** destinou-se ao investimento em **saneamento básico (~3 mil kwanzas)**. Estes números ainda são considerados baixos, tendo em conta a necessidade de investimento em ambos os subsectores para melhorar o acesso e qualidade dos serviços de água e saneamento básico em Angola.



Angola ocupa a **2ª posição** em termos de orçamento destinado à melhoria do acesso à água e ao saneamento básico em 2023.

¹ câmbio referente ao mês de Abril 2023

Gráfico 8 | Evolução da despesa nominal per capita por ano, (AOA)



Fonte: Ministério das Finanças, OGE 2019-2023

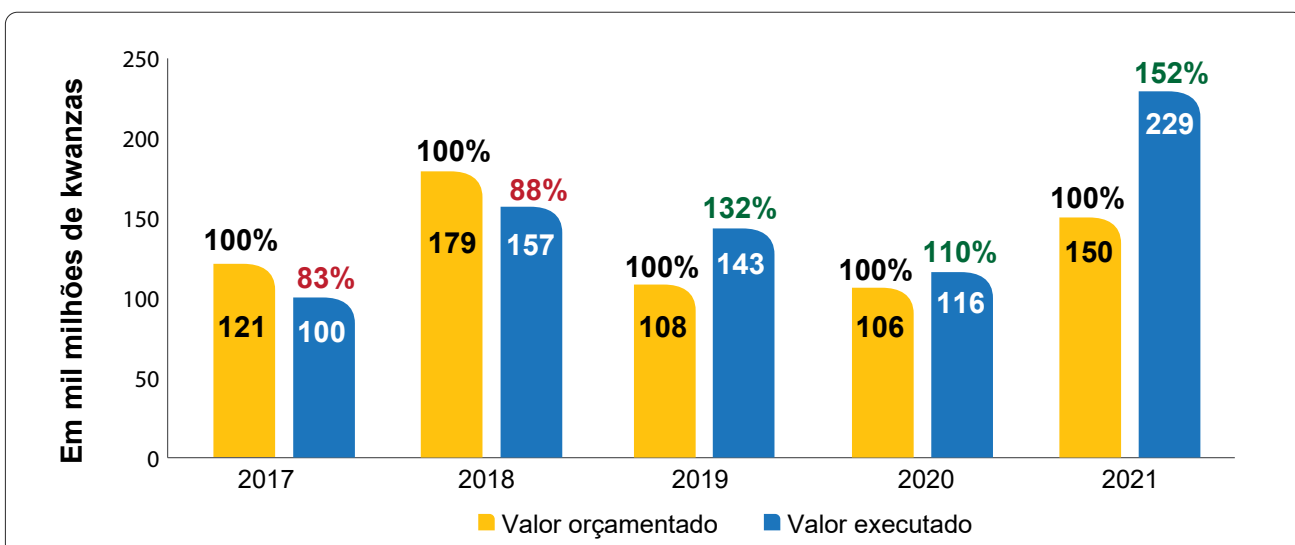
O Governo deve continuar a aumentar progressivamente os investimentos em água e saneamento, pois, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada dólar investido há um retorno estimado em 5,50 dólares em ganhos de saúde e produtividade. Já a WaterAid, em colaboração com a Vivid Economics, estima o retorno potencial de 21 dólares para cada dólar investido em água e saneamento básico, dando mais significado à necessidade de aumento do investimento no sector.

1.4 Execução Orçamental

O gráfico abaixo mostra que os montantes de despesas efectivamente executados com Água e Saneamento básico, excederam os montantes orçamentados entre 2019 e 2021.

Mais especificamente, o Governo Angolano gastou em média mais 31% do orçamento atribuído a esta função neste período, o que indica uma maior necessidade da população em relação ao abastecimento de água e melhoria do acesso aos demais serviços fundamentais.

Gráfico 9 | Balanço da Execução da Despesa com Água e Saneamento básico



Fonte: Ministério das Finanças, OGE e CGE 2017-2021

PROGRAMAS DE ÁGUA E SANEAMENTO

O Governo de Angola tem implementado programas com o objetivo de melhorar o acesso à água potável e saneamento básico no país. Entretanto, é preocupante a falta de priorização do saneamento básico em relação à água. É importante realçar que o acesso à água potável por si só não é suficiente para garantir a melhoria da saúde e bem-estar da população, **sendo necessário tratar o saneamento básico com maior importância por ser a base de endemias nacionais**. Além disso, é crucial que haja uma gestão eficiente do sector em Angola, para tornar os serviços mais acessíveis à população.

A nível do OGE, destacam-se os programas de (1) Melhoria do Saneamento Básico, de (2) Expansão do Abastecimento de Água nas áreas urbanas, sedes de município e áreas rurais e de (3) Desenvolvimento e Consolidação do Sector da Água, com uma verba que totaliza Kz. 379 mil milhões em 2023, um aumento de 14% em relação ao ano transato.

Os programas de ASH em Angola tiveram um aumento significativo nos seus orçamentos, saindo de 81, 6 mil milhões de kwanzas em 2019 para 379, 3 mil milhões de kwanzas em 2023, que corresponde a um aumento de 365% em cinco anos. Importa referir que todos os programas do ASH estão enquadrados no G2, por conterem algum componente para a promoção da igualdade de género.

Tabela 1 | Despesas por programa

Despesas	Indicador Género	2019 (AOA)	2020 (AOA)	2021 (AOA)	2022 (AOA)	2023 (AOA)	Variações (2022-2023)
Expansão Do Abastecimento De Água Nas Áreas Urbanas, Sedes De Município E Áreas Rurais	G2	64 998 697 666	94 321 144 093	124 534 160 872	241 404 767 426	278 622 782 320	15%
Melhoria Do Saneamento Básico	G2	3 469 894 858	3 349 000 954	19 247 776 777	87 067 601 240	96 013 212 043	10%
Desenvolvimento E Consolidação Do Sector Da Água	G2	13 165 876 170	0	3 287 144 984	3 831 387 043	4 666 811 584	22%
Total		81 634 468 694	97 670 145 047	147 069 082 633	332 303 755 709	379 302 805 947	14%

Fonte: Ministério das Finanças, OGE 2014-2023



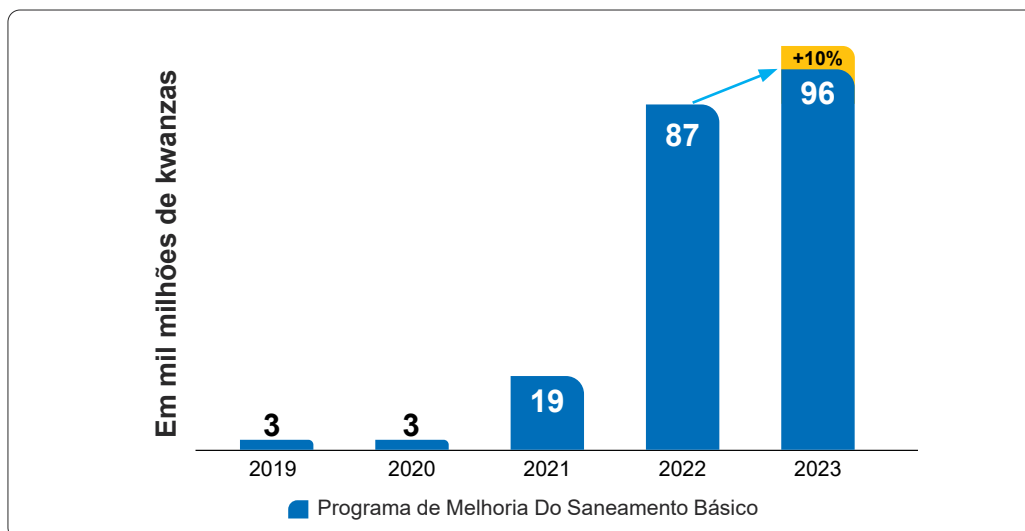
Orçamento deste programa cresceu cerca de 27 vezes fundamentais.

2.1 Programa de Melhoria do Saneamento Básico

Com o programa de melhoria do saneamento básico, orçamentado em 96 mil milhões de kwanzas, mais 10% que em 2022, o Governo

tenciona envolver a população no esforço nacional de melhoria do saneamento básico e reduzir a incidência de doenças de transmissão hídrica. Importa salientar que comparativamente a 2019, o orçamento deste programa cresceu cerca de 27 vezes fundamentais.

Gráfico 10 | Evolução das despesas do sector do Saneamento



Fonte: Ministério das Finanças, OGE 2019-2023

Destaca-se que 91% da despesa deste programa é destinada ao investimento em capitais de província para o tratamento de resíduos sólidos urbanos, hospitalares e industriais, o que representa cerca de 87 mil milhões de kwanzas.

Tabela 2 | Despesa do Programa de Melhoria do Saneamento Básico

Programa Melhoria Do Saneamento Básico	Metas	Unidade	OGE 2023 (AOA)	%
Indicadores	-		96 013 212 043	100%
Províncias Com Industrias De Tratamento De Resíduos Sólidos Urbanos, Hospitalares E Indústrias	-	Número	87 329 683 658	91%
Capitais De Província Com Aterros Sanitários	-	Número	4 972 577 581	5%
Rede De Drenagem Pluvial		Kilometros	2 479 617 291	3%
Rede De Drenagem Residual	-	Kilometros	904 484 791	1%
Capitais De Província Dotadas De Infraestruturas De Gestão E Valorização De Resíduos	-	Número	169 294 654	0%
Províncias Com Indústrias De Tratamento De Resíduos Sólidos Urbanos	-	Kilometros	51 501 245	0%
Estações De Tratamento De Águas Residuais	-	Número	43 185 784	0%
Rede De Drenagem Residual	-	Kilometros	38 867 039	0%
Aterros Sanitários Funcionais	-	Número	24 000 000	0%

Fonte: Ministério das Finanças; OGE por Programa Detalhado 2023

De acordo com a Conta Geral do Estado de 2021, este programa consumiu 63 mil milhões de kwanzas (332% do valor orçamentado para aquele ano), no entanto, registou uma taxa de execução de 0% das metas.

Segundo a OMS, o saneamento básico é composto por serviços essenciais, tais como a distribuição de água potável, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e coleta de resíduos sólidos, que impactam diretamente na saúde, qualidade de vida e no desenvolvimento socioeconómico como um todo, pelo que a execução efectiva dos programas afectos ao sector é de extrema importância para a população.



Fonte: Worldbank, database 2020

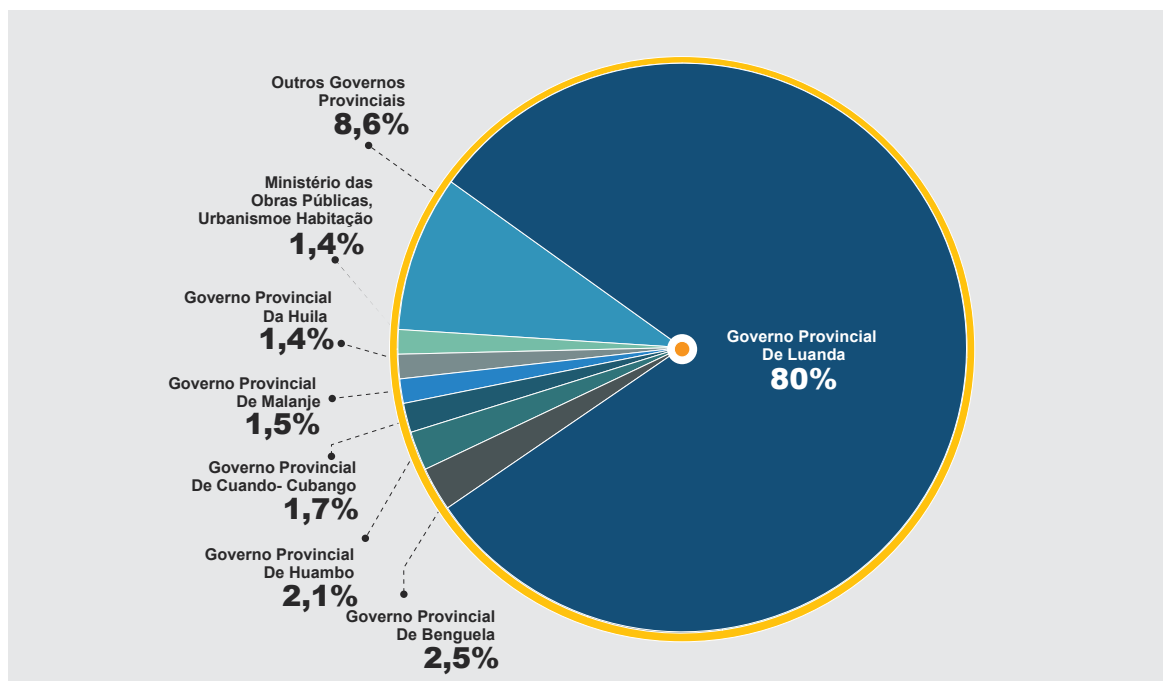
De acordo com dados do Banco Mundial, apenas 52% da população de Angola, pouco mais de 17 milhões de habitantes, têm acesso aos serviços de saneamento básico. As famílias que vivem em áreas urbanas têm maior probabilidade de ter acesso ao saneamento básico do que aquelas que vivem em zonas rurais, uma vez que apenas 24% das pessoas que vivem em zonas rurais têm acesso a esse serviço. No entanto, é importante notar que o crescimento populacional desigual atenua ligeiramente essa disparidade.

Relativamente a repartição por órgão de governo, o Governo Provincial de Luanda detém 80,8% da dotação orçamental deste programa, seguido pelo Governo Provincial de Benguela (2,5%), Huambo (2,1%), Cuando-Cubango (1,7%), Malange (1,5%) e Huíla (1,4%). De forma agregada os restantes Governos Provinciais respondem por 8,6% do orçamento, mas individualmente receberam até pouco mais de 1%.



De acordo com dados do Banco Mundial, apenas **52% da população** de Angola, pouco mais de **17 milhões de habitantes**, têm acesso aos serviços de saneamento básico.

Gráfico 11 | Distribuição das despesas por órgão do governo em 2023 – Programa de melhoria do saneamento básico



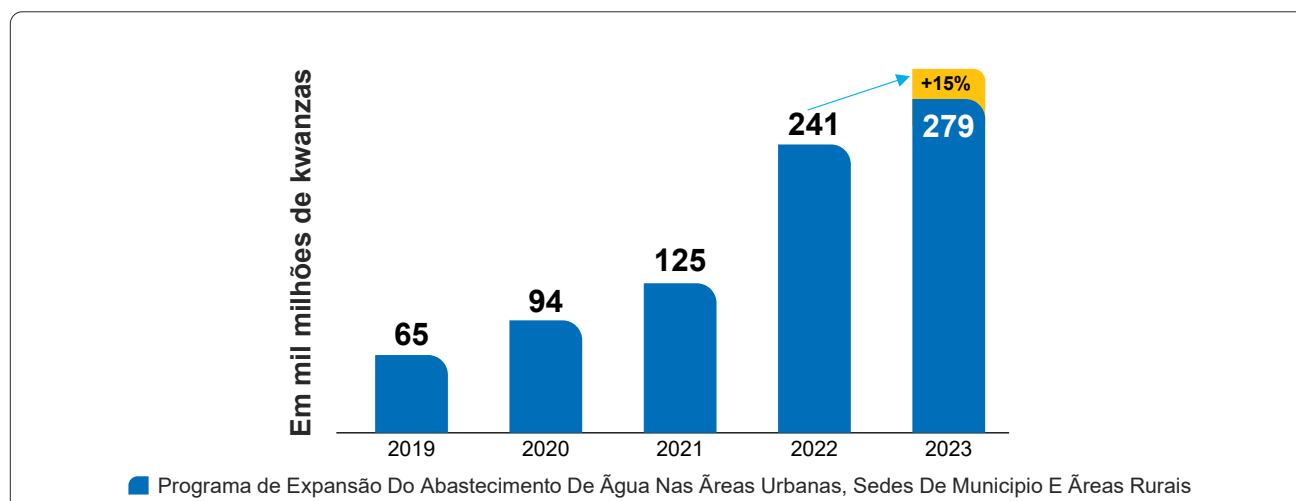
Fonte: Ministério das Finanças, OGE por dotação orçamental por órgão do Governo, 2023

2.2 Programa de Expansão do Abastecimento de Água nas Áreas Urbanas, Sedes de Município e Áreas Rurais

No programa de expansão do abastecimento de água nas áreas urbanas, sedes de município e áreas

rurais destaca-se o facto de ter a maior dotação orçamental a nível dos respectivos programas em que está inserido, com um desembolso de aproximadamente 279 mil milhões de kwanzas. A dotação deste programa tem vindo a crescer consistentemente, tendo aumentado 15% em relação a 2022, um indicador do esforço do governo em garantir um acesso mais amplo à água potável.

Gráfico 12 | Evolução das despesas do sector da Água



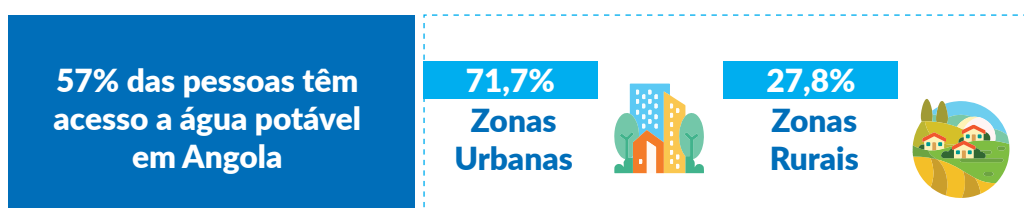
Fonte: Ministério das Finanças, OGE 2019-2023

Tabela 3 | **Despesa do Programa de Expansão do Abastecimento de Água nas Áreas Urbanas, Sedes de Município e Áreas Rurais**

Programa Expansão Do Abastecimento De Água Nas Áreas Urbanas, Sedes De Município E Áreas Rurais	Metas	Unidade	OGE 2023 (AOA)	%
Indicadores			278 622 782 320	100%
Produção De Água Potável Nas Sedes Provinciais E Municipais	-	Milhares de metros cúbicos (m3)	155 871 444 536	55,94%
Taxa De Cobertura Do Abastecimento De Água Nas Áreas Rurais	-	Percentual	60 365 837 853	21,67%
Taxa De Cobertura De Águas Nas Áreas Urbanas*	-	Percentual	50 204 322 063	18,02%
Taxa De Operacionalidade Dos Sistemas De Abastecimento De Água	-	Percentual	6 402 506 867	2,30%

Fonte: Ministério das Finanças; OGE por Programa Detalhado 2023

Em 2021, foram executadas despesas no valor de Kz 166,1 mil milhões (133% do valor orçamentado), que permitiram um bom desempenho no alcance das metas preconizadas de, obtendo 72% de taxa de cobertura de água nas áreas urbanas (98% da meta do PDN 2018-2022), produção de 1 318 mil m³/dia nas sedes provinciais e municipais (101% da meta) e uma taxa de operacionalidade dos sistemas de abastecimento de água de 67% (83% da meta).



Fonte: Worldbank, database 2020

Entretanto, dados do Banco Mundial afirmam que a água potável chega a 57% da população. Não obstante os abundantes recursos hídricos e o investimento de 75% do Orçamento do sector da água e saneamento básico para a despesa de abastecimento de água, ainda é notória a ineficiência operacional e reduzida expansão da distribuição de água em algumas zonas, a notável má qualidade da água para o consumo e a irregularidade no seu abastecimento. É com base nesta realidade que doenças de veiculação hídrica como infeções urinárias, alergias e disenteria têm sido frequentes na nossa sociedade. Os problemas são acentuados pela desigualdade entre a zona rural e

urbana, enquanto 72% dos habitantes da zona urbana têm acesso à água potável, apenas 28% da população da zona rural são beneficiadas.

Este programa é maioritariamente executado pelo Ministério das Energias e das Águas sendo responsável por 85,6% dos recursos. Na sequência, o Governo Provincial da Lunda-Sul possui 3,8%, enquanto os governos provinciais da Huíla e Namibe apresentam 1,9% e 1,5%, respectivamente. A soma dos demais governos provinciais representa apenas 7% dos gastos, com valores individuais abaixo de 2% para 15 governos provinciais.

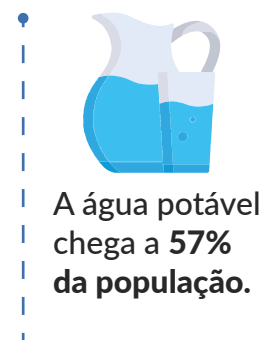
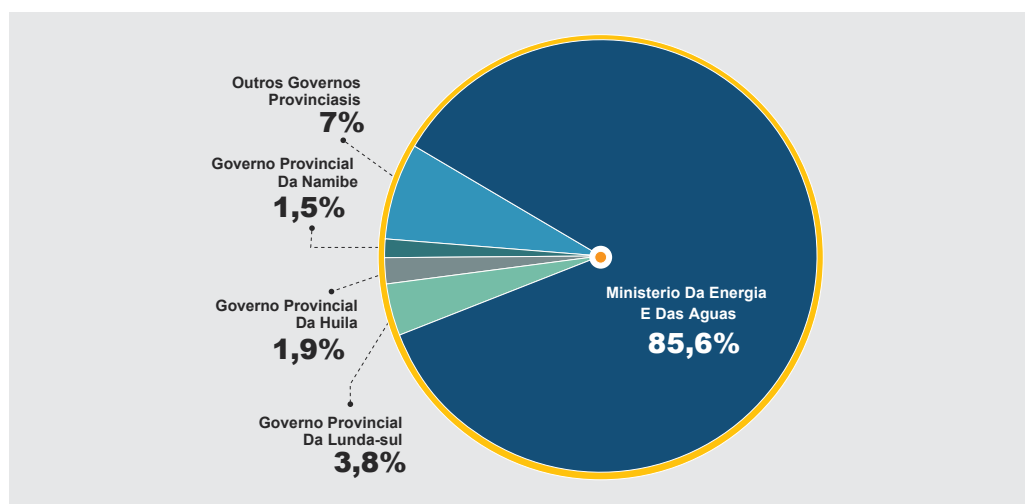


Gráfico 13 | Distribuição das despesas por órgão do governo em 2023 - programa de expansão do abastecimento de água



Fonte: Ministério das Finanças, OGE por dotação orçamental por órgão do Governo, 2023



Realçamos a forte redução (65%) na despesa ocorrida entre 2019 e 2023, saindo de Kz. 13 mil milhões para Kz. 5 mil milhões.

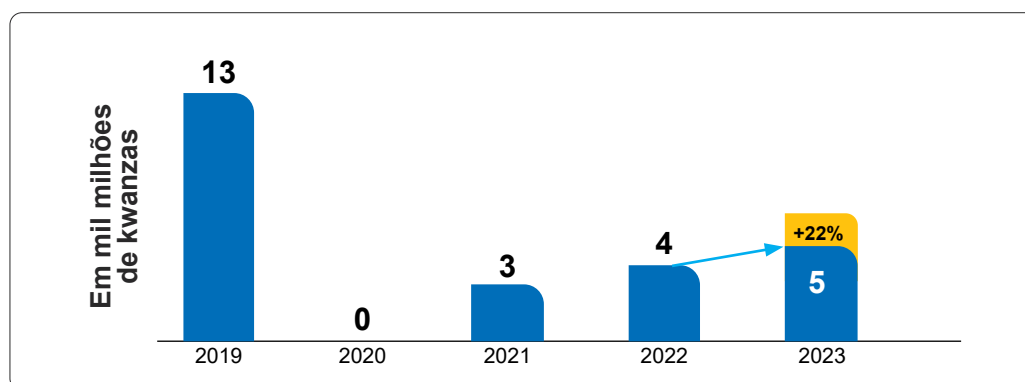
2.3 Desenvolvimento E Consolidação Do Sector Da Água

Relativamente ao programa de desenvolvimento e consolidação do sector da água, realçamos a forte redução (65%) na despesa ocorrida

entre 2019 e 2023, saindo de Kz. 13 mil milhões para Kz. 5 mil milhões.

Outrossim, destaca-se a despesa com laboratórios para qualidade da água em funcionamento que neste ano representa perto de dois terços da despesa, com Kz. 2,9 mil milhões.

Gráfico 14 | Evolução das despesas do sector da Água



Fonte: Ministério das Finanças, OGE 2019-2023

Tabela 4 | Despesa do Programa de Desenvolvimento e Consolidação do Sector da Água

Programa Desenvolvimento E Consolidação Do Sector Da Água	Metas	Unidade	OGE 2023 (AOA)	%
Indicadores			4 666 811 584	100%
Laboratórios Para Qualidade Da Água Em Funcionamento	-	Número	2 870 535 619	62%
Bacias Hidrográficas Dotadas De Pgdurh	-	Número	1 496 275 965	32%
Empresas Provinciais Gestoras Em Funcionamento	-	Número	300 000 000	6%

Fonte: Ministério das Finanças; OGE por Programa Detalhado 2023

Em 2021 foram realizadas despesas na ordem dos Kz. 657 milhões (20% do valor orçamentado para o programa), o que permitiu o funcionamento de uma empresa gestora, sendo que todas as restantes metas não tiveram execução. Igualmente devemos salientar que não há verbas para desenvolvimento do capital humano para sustentabilidade do sector.



Governo angolano lançou um programa nacional para as **alterações climáticas**, com o objetivo de implementar medidas para mitigar os efeitos dessas mudanças.

2.4 Alterações Climáticas

Angola enfrenta diversos desafios relacionados às alterações climáticas, como secas prolongadas, inundações, queimadas frequentes e perda de biodiversidade, que impactam diretamente as condições socioeconómicas do país. Em resposta a esses desafios, o Governo angolano lançou um programa nacional para as alterações climáticas, com o objetivo de implementar medidas para mitigar os efeitos dessas mudanças.

Para o programa nacional de alterações climáticas, foi alocado um orçamento de mais de Kz 13 mil milhões em 2023, com destaque para os transvases que estão em início de construção e os sectores abrangidos pelo Plano Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), representando 51% e 38%, respectivamente.

Tabela 5 | Despesa do Programa de Alterações Climáticas

Programa Alterações Climáticas	Metas	Unidade	OGE 2023 (AOA)	%
Indicadores	-		13 263 568 651	100%
Transvases Em Início De Construção (Nº)	-	Número	6 721 583 315	51%
Sectores Abrangidos Pelo Plano Nacional De Emissões De GEE (Nº)	-	Número	5 013 591 169	38%
Barragens De Terra Para Retenção De Águas Em Início De Construção (Nº)	-	Número	1 475 000 000	11%
Estratégias De Sectoriais E/Ou Provinciais De Implementação Do Pnaac Elaboradas (Nº)	-	Número	53 394 167	0%

Fonte: Ministério das Finanças; OGE por Programa Detalhado 2023

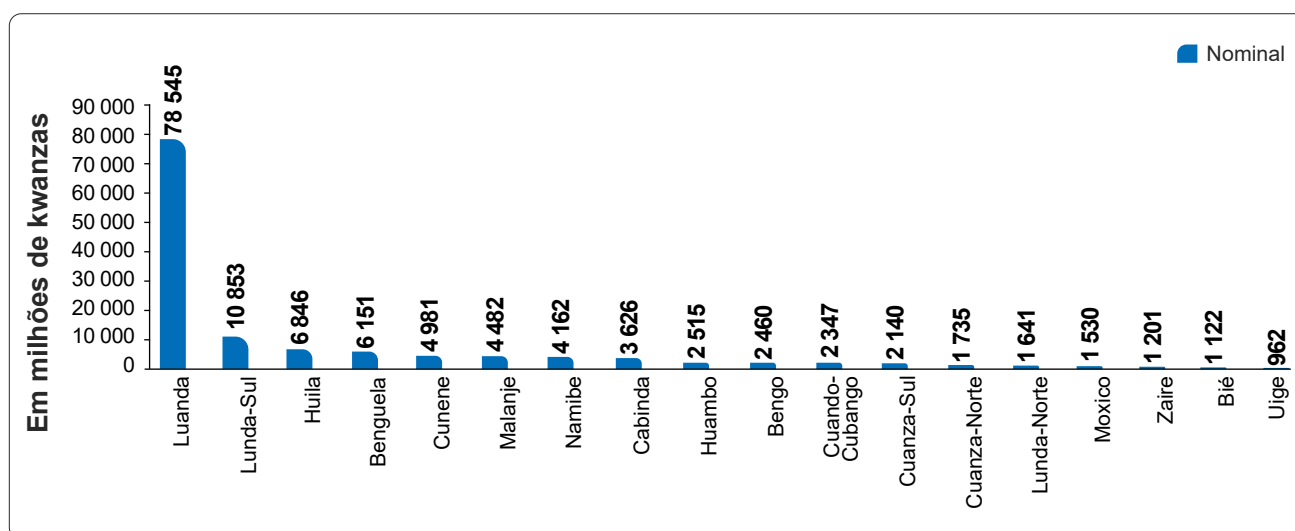
De acordo com a Conta Geral do Estado, em 2021 foi desembolsado um valor total de Kz 30 milhões para este programa (menos de 1% do valor orçamentado para aquele ano). Isto permitiu ao governo apoiar 2 projectos (33% da meta) no âmbito da Estratégia Nacional de Alterações Climáticas, plantar 67 557 árvores (711% da meta), treinar 22 mil cidadãos em agricultura resiliente (11% da meta), bem como, consciencializar e treinar 26 343 cidadãos sobre os efeitos das alterações climáticas (132% da meta).

É importante enfatizar a relevância deste programa devido as ligações directas entre as alterações climáticas e o agravamento de condições socioeconómicas, como se tem visto na seca no sul do país, pelo que é vital a atribuição de maior atenção ao mesmo definindo programas a nível comunitário e alavancamento de fundos sustentáveis.

DESPESAS POR PROVÍNCIAS

Cerca de 65% do total da despesa do ASH é controlada pela estrutura central, sendo que os governos locais ficam a cargo dos restantes 35%, equivalente a 137 mil milhões de kwanzas. A distribuição das despesas em ASH por governo provincial revela uma disparidade entre as regiões. Luanda lidera a alocação em ASH, com uma despesa nominal de 78,5 mil milhões de kwanzas. As províncias da região sul (Huila, Benguela, Cunene e Namibe), que têm sido gravemente afectadas pela seca, vão receber uma verba total de 22,1 mil milhões de kwanzas para dar respostas aos desafios de abastecimento de água e saneamento básico, valor 3,5 vezes menor que o da capital do país.

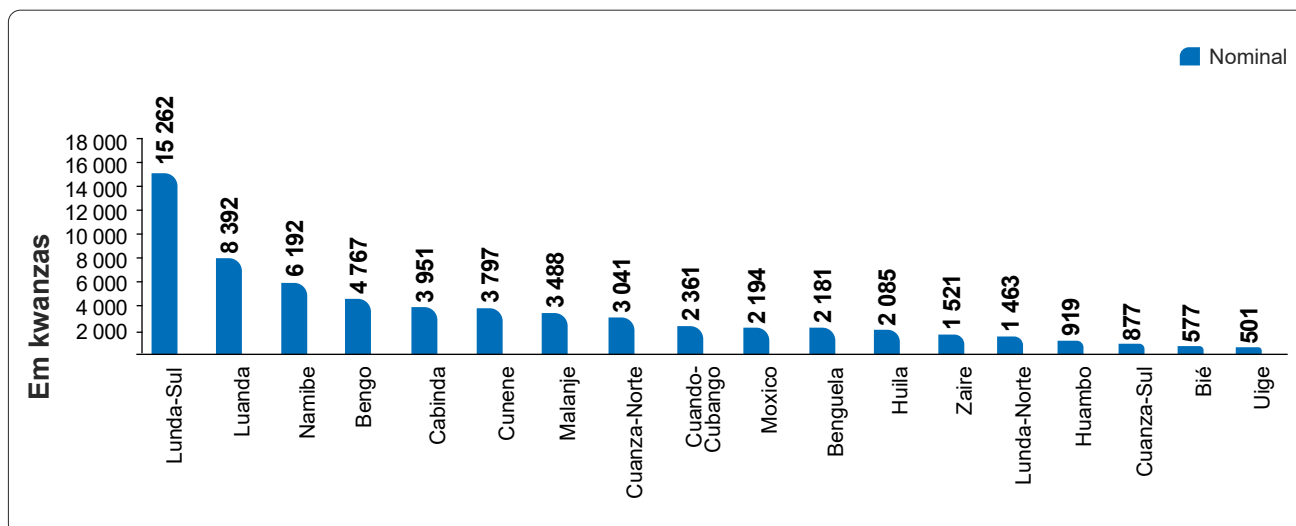
Gráfico 15 | Despesa em ASH por província



Fonte: Ministério das Finanças, OGE 2023

Em termos per capita, as províncias do Bié e Uíge continuam na cauda da distribuição da despesa com menos de 1000 kwanzas (~ USD 2). A província da Lunda Sul apresenta a maior alocação por habitante com 15 262 kwanzas (~ USD 29), seguido de Luanda e Namibe com 8 392 (~ USD 16) e 6 192 kwanzas (~ USD 12), respectivamente.

Gráfico 16 | Despesa anual per capita em ASH por província



Fonte: Ministério das Finanças, OGE 2023

O Governo deve apostar no investimento em projectos sustentáveis para a melhoria do abastecimento à água potável, em particular nas zonas afectadas pela seca, e no saneamento básico, com particular ênfase aos principais centros epidêmicos e populacionais, de modo a abordar os desafios do sector de ASH e beneficiar dos ganhos de saúde, produtividade e do bem-estar em geral das comunidades.

unicef  | para cada criança